

Assembleia Legislativa do Paraná | Notícias > Moda entre os estudantes paranaenses, o uso desenvolvido do cigarro eletrônico preocupa especialistas e autoridades

[assembleia.pr.leg.br /comunicacao/noticias/moda-entre-os-estudantes-paranaenses-o-uso-desenvolvido-do-cigarro-eletronico-preocupa](https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/moda-entre-os-estudantes-paranaenses-o-uso-desenvolvido-do-cigarro-eletronico-preocupa)

Audiência ocorreu no Plenário da Assembleia Legislativa na tarde desta quarta-feira (6). Créditos: **Orlando Kissner/Alep**



Medidas para combater o consumo desenvolvido entre os jovens de cigarros eletrônicos – conhecidos como vapes ou pods, e reduzir ao máximo os efeitos desses produtos na saúde, precisam ser aplicadas com urgência. Essa é a opinião unânime entre os especialistas e representantes das áreas de educação, segurança pública, saúde, meio ambiente e do Poder Judiciário, que participaram na tarde desta quarta-feira (06), de uma audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Paraná, para discutir esse cenário vivenciado hoje, principalmente, nas escolas paranaenses.

Segundo o deputado Evandro Araújo (PSD), presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa com Deficiência, e proponente do debate, por serem ilegais, em muitas escolas públicas e privadas, esses dispositivos são apreendidos e os gestores os escolares não sabem o que fazer: “Existem escolas com centenas de cigarros eletrônicos apreendidos. Temos um problema de saúde, de educação e ambiental, pois há também a questão do descarte correto desses produtos”, alertou. Ele falou ainda sobre os malefícios provocados na saúde desses jovens. “Queremos saber como enfrentar essa situação, especialmente, no ambiente escolar”, comentou. O parlamentar reiterou que pesquisas indicam que um vape, pod, pen-drive, entre outros tipos, equivale ao consumo de cerca de vinte cigarros. “Os estudantes acham que esses dispositivos são inofensivos por terem aromas, mas, na verdade, são ainda mais relevantes à saúde, acrescentou.

“Isso está destruindo nossas meninas e meninos”, afirmou a doutora Danielle Cristine Cavali Tuoto, promotora de Justiça, que atua no Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente do Ministério Público do Paraná (MPPR). Ela enfatizou que o comércio desses dispositivos é proibido no país e, por isso, defende ser necessário responsabilizar pais e adolescentes. “Esses cigarros eletrônicos são frutos do crime, de contrabando”, inspirado. A promotora entende que há necessidade, urgente, de ações conjuntas focadas na orientação e prevenção.

Esses dois pontos – orientação e prevenção – foram reforçados e compartilhados pelos demais participantes presentes, que relataram suas experiências, deram depoimentos e defenderam que o melhor caminho para enfrentar e coibir esse cenário é uma atuação integrada. “Temos que proteger nossas crianças e adolescentes”, disse o doutor Rodrigo Rodrigues Dias, juiz de Direito Substituto da I Sessão Judiciária da Região Metropolitana de Curitiba (TJPR), que durante muitos anos atuou na área. Dias fez um breve relato sobre a legislação em vigor e defendeu a promoção de palestras nas escolas.

“Temos que inibir o ingresso nesse mundo”, alertou o doutor Diego Russo, promotor de Justiça, coordenador do Comitê de Políticas Institucionais sobre Drogas do MP-PR. Russo falou sobre os atrativos que esses dispositivos eletrônicos apresentam – como sabores e formatos, e também dos problemas de saúde. Aspectos reforçados pelo delegado Renato Bastos Figueiroa, chefe do Núcleo Estadual de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP), que representou o secretário Coronel Husdon Leôncio Teixeira, sem debate. O delegado detalhou as ações que estão sendo inovadoras com o objetivo de combater esse consumo. “O cigarro eletrônico é uma nova moda junto aos que fumam”, disse.

Escola apreende 300 dispositivos

A psicóloga Walquíria Onete Gomes, membro do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas, que representou o Secretário de Estado da Educação, Roni Miranda no evento, contou que recentemente, uma escola da rede pública do interior informou que havia apreendido em torno de 300 cigarros eletrônicos . “Eles eram usados por estudantes dentro do espaço da escola”, comentou. De acordo com Walquíria, o tema de combate ao uso de drogas faz parte do currículo escolar e há uma série de atividades que está sendo organizada em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde (SESA) e o SESP com a finalidade de conscientizar os estudantes. “A Secretaria de Educação vai contribuir com esse esforço conjunto que está sendo proposto aqui. Esse é um tema mundialmente preocupante”, enfatizou.

O advogado e médico Romualdo Gama, presidente do Conselho Regional de Medicina do Paraná (CRM-PR), sublinhou, igualmente, a importância das ações que visam conscientizar sobre os perigos para a saúde, especialmente entre os jovens. Gama lembrou que há um projeto de lei (nº 5.008 de 2023, da senadora Soraya Thronicke), em debate no Senado Federal, disponível sobre a produção, importação, exportação, comércio, controle, fiscalização e propaganda dos cigarros eletrônicos e dá outras exceções, sob o pretexto de economia e arrecadação de impostos. Lembrou que a nicotina é uma droga altamente viciante encontrada em cigarros e outros produtos derivados do tabaco. De acordo com o médico, a nicotina prejudica o cérebro em desenvolvimento e, já há inúmeras pesquisas comprovando a gravidade dos malefícios provocados pelos cigarros eletrônicos.

Participaram também do debate pais, alunos, especialistas e outras autoridades. Destacamos as presenças de Maria Goretti Lopes, diretora de Atenção e Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde (SESA), representando o secretário César Neves; de Walquíria Menna Brusamolín, técnica de Coordenação de Saneamento Ambiental e Economia Circular da Diretoria de Políticas Ambientais da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (Sedest), representando o secretário Everton Luiz da Costa Souza; de Walquíria Olegário Mazeto, presidente da Associação dos Professores do Paraná (APP-Sindicato); do doutor Fernando Redede Rodrigues, coordenador do Núcleo da Criança, da Infância e Juventude da Defensoria Pública do Estado do Paraná (NUDIJ-DPE/PR); de Juliana Chistina Simas de Macedo, chefe da Divisão Administrativa Aduaneira da Secretaria da Receita Federal; e de Juliana Sabagg, coordenadora da Política da Criança e do Adolescente na Secretaria de Desenvolvimento Social e da Família do Estado do Paraná, que é presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente do Paraná (CEDCA-PR).

Iniciação precoce ao tabagismo

Os Dispositivos Eletrônicos de Fumar (DEFs), também conhecidos como cigarros eletrônicos, vape, pod, e-cigarette, e-ciggy, e-pipe, e-cigar e heat not burn (tabaco aquecido), estão proibidos no Paraná há mais de 14 anos. De acordo com a Lei Antifumo (16.239/2009), é proibido em ambientes de uso coletivo, total ou parcialmente fechado, públicos ou privados, o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não tabaco, que produz fumaça e uso de cigarro eletrônico (Redação dada pela Lei 21.520/2023).

Entretanto, embora o comércio seja proibido no estado, e em todo o Brasil, desde 2009, os dispositivos eletrônicos para fumar podem ser encontrados em diversos estabelecimentos comerciais, e o consumo, principalmente entre os jovens, tem aumentado. Recentemente, o regulamento relativo aos dispositivos eletrônicos para fumar foi atualizado e o Governo suportou a concessão, em vigor desde 2009.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou neste ano, uma resolução (Resolução da Diretoria Colegiada – RDC n.º 855, de 23 de abril de 2024), que proíbe a fabricação, a importação, a comercialização, a distribuição, o armazenamento, o transporte e a propaganda de dispositivos eletrônicos para fumar, popularmente conhecidos como cigarro eletrônico. O texto define os dispositivos eletrônicos para fumar como “produto fumígeno cuja geração de emissões é feita com auxílio de um sistema alimentado por eletricidade, bateria ou outra fonte não combustível, que mimetiza o ato de fumar”.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), novos produtos, como os cigarros eletrônicos, e informações enganosas da indústria do tabaco são uma ameaça, levando a uma iniciação ao tabagismo cada vez mais precoce. Já o Ministério da Saúde destacou, em campanhas públicas, que os dispositivos eletrônicos para fumar, que englobam os cigarros eletrônicos e outros produtos de tabaco aquecido, têm quantidades variáveis de nicotina e outras substâncias tóxicas, o que faz com que suas emissões sejam prejudiciais tanto para quem faz o uso direto quanto para quem está exposto aos aerossóis.